

DOIS LIVROS

Luís Maio

- ▶ *Robinson Crusoe*, Daniel Defoe
- ▶ *O Príncipe Cego*, Guerra Conde Júnior

Um. «Sim, se te portares bem, recebes o *Robinson Crusoe* como prenda de Natal. Mas em francês, claro.» Aquela promessa arrastou-se penosamente, durante meses. Eu estava a começar a ler romances de aventuras, o «Crusoe» era o primeiro na minha lista de preferências. Mas estava também a aprender francês e os meus pais queriam que eu juntasse a instrução ao recreio. Já estava resignado à triste sina de ter de ler o meu primeiro romance de dicionário na mão, quando chegou a manhã de Natal. O primeiro papel de embrulho que rasguei revelou um exemplar em magnífica capa dura (mesmo dura!!!) da «Colecção Histórias» (para rapazes) da Bertrand. Só a ilustração na capa era todo um filme: a imagem de um tipo com pinta de Errol Flynn (meu actor favorito, nos lanches dominicais da RTP) a sair da água agarrado a um pedaço de mastro, enquanto lá ao fundo um veleiro se afundava a pique, por entre vagalhões gigantescos.

No interior aguardavam brindes tão ou mais sedutores: não apenas o texto de Daniel Defoe – nada menos que 265 páginas – estava em português, mas vinha acompanhado por 250 ilustrações. Na verdade, um resumo alargado do diário de Crusoe, em gloriosa banda desenhada a preto e branco. Hoje, mais provavelmente, um miúdo teria passado directamente aos quadradinhos e mandado as páginas só de texto às urtigas. Mas, naquela altura, ler calhamaços de aventuras protagonizadas por homens vestidos de folhos não dava forçosamente atestado de *nerd*.

Li sofregamente cada linha reportando as (des)venturas de Crusoe até ao momento em que ele encontra Sexta-Feira, mas desinteressei-me por completo a partir do momento em que meio mundo começa a dar às costas da Ilha do Desespero. Aquela situação – naufrago solitário em ilha deserta – tornou-se o meu devaneio favorito na etapa final da infância (ou mesmo depois disso). Era o lugar para onde eu queria fugir quando o jantar era peixe cozido com batatas, me apontavam a cama a meio das séries de humor inglesas, e, pior que tudo, quando as miúdas troçavam de mim no recreio. Amanhã, jurava então, fujo para uma ilha deserta como a do Crusoe. Qualquer coisa como o cenário do «Lost», mas sem os actores e a equipa de produção.

Dois. Uma das coisas melhores que tinham as histórias da minha infância era o abismo cavado entre os bons e os maus. Os maus protagonizavam tais crueldades, mentiras e perversidades, que hoje custa a crer que personagens tão beras tivessem sido criadas para entreter (e não torturar) crianças. Em contrapartida, os bons eram tão puros, ingénuos e filantrópicos, que agora até miúdos que ainda não sabem ler devem achar que os heróis da estante dos pais não passavam de um bando de palermas. A verdade, porém, é que na altura eu acreditava que me pelava para ler e reler até à exaustão aqueles enredos beatificantes em que os santos começavam por ser tentados e arrastados para a sarjeta por pecadores recalcitrantes, para finalmente as coisas se inverterem, com os maus a sofrerem castigos fulminantes e os bons a viverem felizes para sempre (ou a subirem directamente aos céus).

Muitos foram os enredos do género que preencheram as minhas primeiras horas de leitura, mas nenhum me terá marcado tanto quanto *O Príncipe Cego*. Assinado por Guerra Conde Júnior, editado em 1962 pela portuense Livraria Figueirinhas e «aprovado pela Comissão de Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian», tem 52 páginas de texto e pelo meio algumas das mais fabulosas ilustrações que alguma vez se publicaram na literatura juvenil em Portugal. É a história de um reino fictício, semeado algures num planalto das montanhas dos Himalaias, governado por um soberano proprietário de um anel mágico que basta apertar para satisfazer qualquer desejo. Nada se passa até que o príncipe herdeiro começa a empregar o anel para dar felicidade aos desfavorecidos do reino, suscitando invejas e rancores nos círculos do poder – e, sim, *O Príncipe Cego* pode também ser lido como uma alegoria anti-salazarista, para não dizer mesmo de inspiração bolchevista.

Como virtude não rima com esperteza, um marajá traiçoeiro acaba por subtrair o anel ao príncipe, levando a que ele, a mulher (outra santinha) e os dois filhos de colo do casal sejam despejados, sem bagagens, à porta do palácio. É aí que as coisas começam realmente a aquecer com o príncipe a engatar numa espiral de actos beneméritos, realmente inacreditáveis, a começar por oferecer os últimos agasalhos a um casal de velhinhos, ficando sem mais protecção para o frio dos Himalaias. Depois, cede os dois filhos a uma mulher que perdeu os dela e, finalmente, o cúmulo da santidade, concede que lhe arranquem os dois olhos para um cego ficar a ver. Chegado a este momento dramático, costumava dar-me um aperto no estômago, mas bastava um buda descer dos céus (à maneira das aparições da Virgem Maria) para resgatar ao tormento o príncipe virtuoso e seus familiares, para eu encostar às *boxes* e dormir descansado até à manhã seguinte.



Luís Maio licenciou-se em Filosofia e possui uma pós-graduação em Lógica Matemática, tendo leccionado em várias escolas lisboetas. Durante toda a infância e juventude pôde viajar por muitos lugares, pelo facto de o seu pai trabalhar na TAP. Dava então os primeiros passos no jornalismo, na área de cultura, tendo colaborado com jornais como *Blitz*, *Capital* e *Independente*. Para além de traduzir poesia, esteve sempre muito ligado à indústria musical: lançou uma editora

vocacionada para a produção de música alternativa, assinou colaborações com livros dedicados à área e com programas de rádio. Entrou para o jornal *Público* em 1990, onde foi editor de música e entretenimento durante dez anos, sendo transferido para o suplemento «Fugas» (viagens e turismo) no ano 2000, do qual é jornalista-chefe desde então. Começou em 1998 o curso de fotografia do Ar.Co, de três anos, e em 2003 inaugurou em Lisboa a sua primeira exposição de fotografia em viagem. Actualmente é também editor de música da *Vogue* portuguesa.